

## PROJETO DE LEI Nº 85 /2025

**Autoriza o Poder Executivo a implantar sistema de câmeras de monitoramento nos veículos utilizados no transporte escolar da rede pública municipal de Congonhas - MG, e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Congonhas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a implantar sistema de câmeras de monitoramento nos veículos utilizados no transporte escolar da rede pública municipal, com a finalidade de reforçar a segurança de alunos, motoristas e monitores durante o deslocamento.

§ 1º As câmeras deverão ser instaladas de forma a permitir o registro de imagens do interior do veículo, observados os critérios técnicos e de privacidade previstos na legislação vigente.

§ 2º O funcionamento, a manutenção e o armazenamento das imagens deverão observar as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais e à segurança da informação, especialmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990).

**Art. 2º** O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, definindo as especificações técnicas, os prazos e os procedimentos necessários à sua implementação.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, observadas as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).


**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congonhas, 07 de Novembro de 2025.

Câmara Municipal de Congonhas



PROTOCOLO GERAL 3024/2025  
Data: 07/11/2025 - Horário: 11:17  
Legislativo

  
Averaldo Pereira da Silva (Pica-Pau)  
Vereador

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Municipal a implantar câmeras de monitoramento nos veículos destinados ao transporte escolar da rede pública de Congonhas - MG, com a finalidade de proteger a integridade física e moral de alunos, motoristas e monitores.

A proposta tem caráter preventivo e educativo, uma vez que a presença das câmeras contribui para:

- prevenir atos de violência, bullying e depredação;
- garantir tranquilidade aos pais e responsáveis;
- auxiliar na apuração de eventuais incidentes;
- resguardar direitos e responsabilidades dos envolvidos.

Além de reforçar a segurança, a iniciativa está em consonância com as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurando o tratamento responsável e sigiloso das informações coletadas.

Por se tratar de lei autorizativa, esta proposição não cria despesa obrigatória nem impõe obrigações diretas ao Executivo, evitando qualquer vício de iniciativa ou afronta à autonomia administrativa do Município.

Assim, a presente proposição é plenamente constitucional, legal e de interesse público, representando um avanço na proteção e segurança da comunidade escolar congonhense.

Congonhas, 07 de Novembro de 2025.



Averaldo Pereira da Silva (Pica-Pau)  
Vereador